

# Parlamentares criticam as distorções

JUNIOR BARON

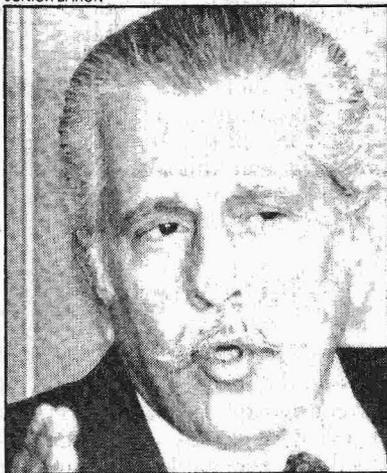
## Hélio Franco

O relator geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Ricardo Fiuza (PFL/PE) trabalhou durante todo o dia de ontem, aguardando a chegada do relatório parcial do Ministério da Agricultura, de autoria do deputado Cid Carvalho (PMDB/MG), com as modificações exigidas pelos membros da comissão, para concluir seu relatório geral.

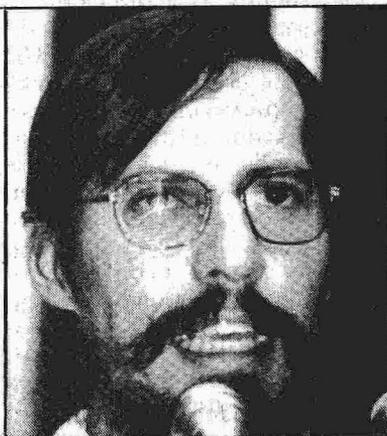
Caberá ao relator geral a difícil missão de bancar o rei Salomão do Orçamento da União, cortando as irregularidades detectadas e ainda acatando ou não os sete mil destaques aos relatórios parciais, que não foram votados pela comissão neste final de semana. Um acordo de Fiuza com os membros da comissão levou à retirada dos destaques e sua transformação em sugestões, que poderão ou não ser aceitas por Fiuza, transformado no juiz das polêmicas levantadas principalmente pelos relatórios dos Ministérios da Educação, da Aeronáutica e da Ação Social.

Este último, por sinal, foi alvo da maior disputa no âmbito da Comissão de Orçamento este ano, pois seu relator, o deputado José Geraldo (PMDB/MG) foi acusado por parlamentares do PT e do PSDB de ter beneficiado seu estado com a dotação de Cr\$ 29 bilhões, dos quais Cr\$ 23,9 bilhões através de emendas de sua própria autoria. Geraldo ainda foi acusado de ter efetuado uma "permuta" com relatores de outros setores para que um acatasse as emendas do outro. O fato abriu a discussão sobre os limites que cada relator parcial teria para redirecionar as dotações e a legitimidade de beneficiar suas bases eleitorais.

**Naturalidade** — Para muitos parlamentares como a líder do PTR na Câmara, Eurides Brito (PTR/DF), o fato de um deputado lutar em favor de seu estado de origem é natural. "Se não aplaudo, também não condeno quem brigue por seu estado ou município, contanto que não prejudique



Fiuza: concluindo



Eduardo: fiscalização

os interesses do País", disse ela, com a concordância do vice-líder do bloco governista na casa, Messias Góis (PFL/SE), para quem "todos têm mandato popular e compromissos com suas bases. Se há conflitos de interesse, caberá ao relator geral cuidar para que não haja desperdício de verbas públicas".

Já os deputados Eduardo Jorge (PT/SP) e Paulo Hartung (PSDB/ES), cuja atuação na Comissão de Orçamento se destacou justamente pela denúncia das incorreções, lutam por um maior poder de fiscalização, tanto da destinação dos recursos quanto da execução das metas propostas pelo Poder Executivo. "A discussão dos critérios mínimos já permitiu um avanço com relação ao

ano anterior, mas eles ainda são muito genéricos" afirmam. Outro ponto levantado pelos deputados foi a existência de distorções no próprio projeto do Governo. "Este é um orçamento recessivo que privilegia muito a matéria da dívida, com Cr\$ 24 trilhões", apontou Hartung. Além disso, Jorge critica o que chamou de "engessamento" do poder de modificação do projeto do Governo, por decisão da própria Comissão. "Só foi possível mexer em cerca de 20 por cento, em média, das dotações, complicando o trabalho dos relatores", afirma.

Para o líder do PDS na Câmara, Victor Faccioni (PDS/RS) o Congresso precisa se aparelhar melhor para o exame da proposta orçamentária e posteriormente sua execução, "De qualquer forma, pelo que eu tenho conversado com o relator geral, espero que ele seja capaz de compatibilizar os interesses públicos, independentemente dos interesses pessoais desse ou daquele relator parcial". Da mesma forma pensam os deputados Roberto Freire (PCB/PE), Amaral Netto (PDS/RJ) e o senador Maurício Corrêa (PDT/DF). "Se houve algum paternalismo, ele será corrigido", disse Corrêa, que acredita na votação do orçamento já em cima do prazo previsto para encerramento da sessão legislativa.

Esse aspecto, considerado negativo pela falta de tempo para um maior exame, pelo plenário do Congresso, do relatório aprovado na Comissão de Orçamento, já está inclusive se tornando tradição na Casa. "No ano passado o projeto foi votado sem o relatório impresso", reclama Eduardo Jorge. "As polêmicas não atrapalham a votação do relatório pelo Congresso, embora ela seja feita no apagar das luzes, com todos ansiosos por passar o Natal com suas famílias", admite o deputado Maurílio Ferreira (PMDB/PE). "Os orçamentos são sempre medidos, mas no fim todo mundo aprova", conclui Neto, que prevê a votação pelo Congresso para o próximo sábado, penúltimo dia da sessão legislativa.